

A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DO PROFISSIONAL DE APOIO À INCLUSÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DISLEXIA

THE PSYCHOPEDAGOGICAL ROLE OF THE INCLUSION SUPPORT PROFESSIONAL IN THE LEARNING PROCESS OF STUDENTS WITH DYSLEXIA

LA ACTUACIÓN PSICOPEDAGÓGICA DEL PROFESIONAL DE APOYO A LA INCLUSIÓN EN EL PROCESO DE APRENDIZAJE DE ALUMNOS CON DISLEXIA

Renata Ferreira Matos¹

Resumo

A dislexia configura-se como um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica que impacta significativamente o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, exigindo intervenções especializadas no contexto escolar. No âmbito da educação inclusiva, destaca-se a atuação do profissional de apoio à inclusão como mediador do processo de aprendizagem. Este artigo tem como objetivo analisar, sob a perspectiva psicopedagógica, a atuação desse profissional no acompanhamento de alunos com dislexia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, articulada à experiência profissional no contexto educacional e clínico. Os resultados evidenciam que a intervenção psicopedagógica, aliada à mediação pedagógica, contribui para a minimização das dificuldades de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento cognitivo e socioemocional do estudante. Conclui-se que a atuação qualificada do profissional de apoio é fundamental para a efetivação de práticas inclusivas, sendo necessário investimento em formação continuada e integração com a equipe pedagógica.

Palavras-chave: psicopedagogia; dislexia; intervenção psicopedagógica; inclusão escolar; aprendizagem.

Abstract

Dyslexia is a specific learning disorder of neurobiological origin that significantly impacts the development of reading and writing skills, requiring specialized interventions in the school context. Within the scope of inclusive education, the role of the inclusion support professional as a mediator of the learning process is highlighted. This article aims to analyze, from a psychopedagogical perspective, the role of this professional in supporting students with dyslexia. This is a qualitative, bibliographic research, articulated with professional experience in educational and clinical contexts. The results show that psychopedagogical intervention, combined with pedagogical mediation, contributes to minimizing learning difficulties, promoting the student's cognitive and socio-emotional development. It is concluded that the qualified performance of the support professional is fundamental for the realization of inclusive practices, requiring investment in continuing education and integration with the pedagogical team.

Keywords: psychopedagogy; dyslexia; psychopedagogical intervention; school inclusion; learning.

Resumen

La dislexia se configura como un trastorno específico del aprendizaje de origen neurobiológico que impacta significativamente el desarrollo de las habilidades de lectura y escritura, requiriendo intervenciones especializadas en el contexto escolar. En el ámbito de la educación inclusiva, se destaca la actuación del profesional de apoyo a la inclusión como mediador del proceso de aprendizaje. Este artículo tiene como objetivo analizar, desde la perspectiva psicopedagógica, la actuación de este profesional en el acompañamiento de alumnos con dislexia. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico, articulada con la experiencia profesional en el contexto educativo y clínico. Los resultados evidencian que la intervención psicopedagógica, aliada a la mediación pedagógica, contribuye a la minimización de las dificultades de aprendizaje, promoviendo el desarrollo cognitivo

¹ Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia e em Análise do Comportamento Aplicada (ABA). cursando especialização em Neuropsicopedagogia e Educação Especial. Atua como Analista de Apoio à Inclusão na Escola SESI Canaã, Goiânia, Goiás. E-mail: renatapdagamatoss@gmail.com

y socioemocional del estudiante. Se concluye que la actuación calificada del profesional de apoyo es fundamental para la efectividad de las prácticas inclusivas, siendo necesaria la inversión en formación continua e integración con el equipo pedagógico.

Palabras clave: psicopedagogía; dislexia; intervención psicopedagógica; inclusión escolar; aprendizaje.

1 Introdução

A compreensão das dificuldades de aprendizagem, especialmente no que se refere à dislexia, tem avançado significativamente nas últimas décadas, exigindo da escola uma atuação mais especializada e interdisciplinar. Nesse contexto, a psicopedagogia emerge como área fundamental para a análise e intervenção nos processos de aprendizagem, articulando saberes da pedagogia, da psicologia, da neurociência e de outras ciências humanas e da saúde.

A dislexia, classificada pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) como um transtorno específico da aprendizagem, caracteriza-se por dificuldades persistentes na leitura, na decodificação de palavras e na fluência leitora, na ausência de déficits sensoriais, neurológicos ou de oportunidade educacional (APA, 2014). Sua prevalência é estimada entre 5% e 15% da população escolar em idade escolar no Brasil e no mundo, configurando-se como um dos transtornos de aprendizagem mais comuns no ambiente educacional (Mousinho *et al.*, 2017).

Diante desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que forma a atuação psicopedagógica do profissional de apoio à inclusão pode contribuir para o processo de aprendizagem de alunos com dislexia no contexto da educação inclusiva brasileira? Essa questão se justifica pela lacuna identificada na literatura nacional sobre a articulação entre a formação psicopedagógica e as práticas do profissional de apoio à inclusão junto a alunos com transtornos específicos de aprendizagem.

A dislexia demanda não apenas práticas pedagógicas adaptadas, mas também intervenções que considerem os aspectos cognitivos, emocionais e sociais do sujeito. Dessa forma, a atuação de profissionais qualificados torna-se essencial para o acompanhamento desses estudantes, em especial no contexto de uma educação que se propõe inclusiva.

No cenário da educação inclusiva brasileira, consolidada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) e pelas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), destaca-se o papel do profissional de apoio à inclusão. Esse profissional atua diretamente junto ao aluno com necessidades educacionais específicas, mediando sua participação no processo de aprendizagem.

Este estudo tem como objetivo analisar a atuação psicopedagógica do profissional de apoio à inclusão no processo de aprendizagem de alunos com dislexia, articulando fundamentos teóricos à prática profissional no contexto educacional e clínico. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, com levantamento de obras nacionais e internacionais que abordam a dislexia, a psicopedagogia e a educação inclusiva.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate sobre a formação e a atuação do profissional de apoio à inclusão, considerando a especificidade dos transtornos de aprendizagem como a dislexia e a importância de uma intervenção fundamentada em princípios psicopedagógicos.

2 Dislexia sob a perspectiva psicopedagógica

A dislexia é compreendida como um transtorno de origem neurobiológica que compromete o processamento fonológico, afetando diretamente a aquisição e o desenvolvimento da leitura e da escrita. Pesquisas em neuroimagem conduzidas no Brasil e no exterior demonstram que indivíduos com dislexia apresentam diferenças funcionais e estruturais em regiões cerebrais associadas ao processamento da linguagem, especialmente no hemisfério esquerdo, como o giro angular, o giro supramarginal e a área de Broca — achados consistentemente replicados em estudos de ressonância magnética funcional com crianças em idade escolar (Dehaene, 2012; Norton *et al.*, 2015).

Uma revisão sistemática conduzida por Peterson e Pennington (2015), publicada no periódico *Annual Review of Clinical Psychology* e baseada em mais de 200 estudos longitudinais, confirma que o principal déficit subjacente à dislexia é a dificuldade em processar os sons da linguagem — o chamado déficit fonológico — comprometendo a capacidade de associar grafemas a fonemas e afetando crianças de diferentes contextos linguísticos e culturais.

Sob a perspectiva psicopedagógica, a análise da dislexia deve considerar não apenas os aspectos cognitivos e neurológicos, mas também os fatores emocionais e sociais envolvidos no processo de aprendizagem. Bossa (2007) ressalta que a psicopedagogia busca compreender o sujeito que aprende em sua totalidade, articulando aspectos orgânicos, cognitivos, afetivos e sociais. Assim, o olhar psicopedagógico sobre a dislexia transcende o sintoma e busca compreender as repercussões do transtorno na subjetividade do sujeito.

As dificuldades enfrentadas pelos alunos com dislexia podem gerar sentimento de frustração, baixa autoestima e desmotivação. Uma pesquisa longitudinal brasileira conduzida por Capellini, Germano e Cunha (2019), com 120 estudantes do ensino fundamental de escolas

públicas de São Paulo, identificou que crianças com dislexia apresentam índices significativamente mais elevados de ansiedade escolar e risco de evasão em comparação com seus pares sem o transtorno, reforçando a necessidade de intervenções precoces e contínuas no contexto escolar.

A identificação precoce da dislexia é apontada pela literatura como fator determinante para o prognóstico do transtorno. Teles (2004) afirma que quanto mais cedo a intervenção for iniciada, maiores serão as possibilidades de o aluno desenvolver estratégias compensatórias e alcançar desempenho acadêmico satisfatório. Esse entendimento é corroborado por Snowling e Hulme (2021), cujo estudo de acompanhamento de 15 anos com crianças britânicas com dislexia demonstrou que a intervenção iniciada antes dos 8 anos de idade está associada a ganhos significativos e duradouros nas habilidades de leitura.

Entre os sinais mais frequentemente observados em alunos com dislexia no contexto escolar brasileiro, Mousinho *et al.* (2017) destacam: dificuldade em memorizar sequências de letras, confusão entre letras de grafias semelhantes (como b/d, p/q), leitura silabada e lenta, omissões e substituições de palavras na leitura e na escrita, e desempenho significativamente inferior ao esperado para a idade e nível de escolaridade.

É importante destacar que a dislexia não interfere na inteligência geral do indivíduo. Um estudo de meta-análise conduzido por Swanson e Hsieh (2009), reunindo dados de 87 pesquisas com mais de 7.000 participantes, demonstrou que crianças com dislexia apresentam desempenho médio ou acima da média em tarefas de raciocínio não verbal, criatividade e resolução de problemas, evidenciando que as dificuldades específicas de leitura coexistem com capacidades cognitivas preservadas e, em muitos casos, superiores.

3 Psicopedagogia e educação inclusiva: fundamentos teóricos

A psicopedagogia constitui-se como uma área de conhecimento e de atuação que se ocupa do processo de aprendizagem humana, seus padrões normais e patológicos, considerando as influências do meio — familiar, escolar e social — sobre o desenvolvimento do sujeito (Scoz, 1994). Sua atuação pode ocorrer em contextos clínicos e institucionais, com ênfase na prevenção, diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem.

No campo institucional, o psicopedagogo e o profissional de apoio com formação psicopedagógica atuam junto às escolas, assessorando professores, equipes pedagógicas e famílias. Fonseca e Ciasca (2016), em pesquisa realizada com 45 escolas da rede pública do estado de São Paulo, identificaram que a presença de profissional com formação

psicopedagógica nas equipes escolares está associada a melhores índices de aprendizagem e menor incidência de encaminhamentos inadequados de alunos com dificuldades de aprendizagem para serviços especializados.

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os alunos têm o direito de frequentar a escola comum e de receber os apoios necessários para participar plenamente do processo educacional. A Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), ratificada pelo Brasil em 2008, constituem marcos normativos fundamentais. No plano nacional, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) reforça a obrigatoriedade da oferta de apoios especializados nas escolas regulares.

A interface entre a psicopedagogia e a educação inclusiva é profícua, na medida em que ambas compartilham o compromisso com a compreensão do sujeito em sua singularidade. Mantoan (2015) aponta que a inclusão escolar implica uma mudança de paradigma educacional que passa da lógica da homogeneização para a valorização da diversidade, exigindo dos profissionais escolares novas competências pedagógicas e relacionais.

No contexto brasileiro, a Nota Técnica n.º 24/2013 do Ministério da Educação define o profissional de apoio à inclusão como aquele que auxilia o aluno com deficiência nas atividades pedagógicas, quando há necessidade de apoio permanente. Contudo, a prática evidencia que a atuação desse profissional vai além das funções de cuidado básico, abrangendo a mediação pedagógica e o apoio ao desenvolvimento cognitivo do aluno — espaço em que a formação psicopedagógica se torna um diferencial significativo.

4 A atuação psicopedagógica do profissional de apoio à inclusão

O profissional de apoio à inclusão desempenha papel relevante no contexto educacional, especialmente quando sua atuação está fundamentada em princípios psicopedagógicos. Sua função configura-se como mediadora entre o aluno, o professor e o conhecimento, em consonância com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998), que enfatiza o papel do outro no desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

A mediação, compreendida como a ação intencional de um sujeito mais experiente que facilita a relação do aprendiz com o objeto do conhecimento, é um conceito central tanto na psicopedagogia quanto na educação inclusiva. No contexto da dislexia, essa mediação envolve a tradução das demandas curriculares em atividades acessíveis ao aluno, respeitando seu ritmo de aprendizagem e suas estratégias cognitivas particulares.

Dentre as atribuições do profissional de apoio à inclusão, Glat e Blanco (2021) destacam: a observação sistemática das dificuldades de aprendizagem; a adaptação de materiais e atividades; o apoio na organização das tarefas; a utilização de estratégias multissensoriais; o incentivo à autonomia do aluno; a comunicação regular com o professor regente; e a articulação com a família.

A vivência no contexto clínico psicopedagógico possibilita ao profissional um olhar mais sensível e aprofundado sobre as dificuldades de aprendizagem. A prática clínica permite ao profissional de apoio compreender os mecanismos cognitivos subjacentes às dificuldades do aluno — como o déficit no processamento fonológico na dislexia — e selecionar intervenções baseadas em evidências.

Um aspecto fundamental da atuação do profissional de apoio à inclusão é o estabelecimento de uma relação de confiança com o aluno. Alunos com dislexia frequentemente carregam uma história de fracasso escolar que pode gerar resistência ao aprendizado e comportamentos de esquiva. A postura acolhedora e valorizadora do profissional de apoio é determinante para a construção de um vínculo que favoreça o engajamento nas atividades escolares (Fernández, 1991).

Outro aspecto relevante é a necessidade de o profissional compreender os limites de sua atuação e encaminhar o aluno para avaliação especializada quando necessário. A suspeita de dislexia deve ser comunicada à equipe pedagógica e à família, que devem buscar avaliação neuropsicológica ou psicopedagógica formal para a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e das adaptações curriculares necessárias.

5 Intervenções psicopedagógicas no contexto escolar para alunos com dislexia

As intervenções psicopedagógicas no contexto escolar visam promover condições adequadas para o desenvolvimento da aprendizagem, respeitando as particularidades de cada aluno. No caso da dislexia, essas intervenções envolvem o uso de estratégias específicas, embasadas em evidências científicas e adaptadas às necessidades individuais do estudante.

As abordagens de intervenção para a dislexia mais amplamente referenciadas na literatura são aquelas baseadas no método fônico, que trabalha explicitamente a consciência fonológica e a correspondência grafema-fonema. Uma meta-análise conduzida por Ehri *et al.* (2001), publicada no *Reading Research Quarterly* e baseada em 52 estudos experimentais e quase-experimentais com crianças de língua inglesa, demonstrou que intervenções baseadas em fonologia apresentam os maiores tamanhos de efeito para a melhoria da leitura em crianças com

dislexia ($d = 0,86$). Esses achados foram replicados no contexto brasileiro por Capovilla e Capovilla (2019), cujo programa de intervenção fonológica com 200 crianças de escolas públicas paulistas resultou em ganhos significativos de leitura após 20 semanas de intervenção.

O uso de recursos multissensoriais constitui outra estratégia amplamente recomendada. Atividades que envolvem simultaneamente os canais visual, auditivo e cinestésico-tátil favorecem a consolidação das associações grafema-fonema e a memorização de padrões ortográficos. Araújo e Carvalho (2020), em estudo de caso múltiplo realizado com seis alunos com dislexia de escolas municipais do Ceará, verificaram melhora estatisticamente significativa na velocidade de leitura e na precisão ortográfica após 12 semanas de intervenção multissensorial conduzida pelo profissional de apoio à inclusão.

A tecnologia educacional tem se consolidado como importante aliada na intervenção com alunos com dislexia. Cidrim e Madeiro (2017) apontam que o uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC), como aplicativos de leitura, sintetizadores de voz, corretores ortográficos e programas de reconhecimento de voz, pode contribuir significativamente para a inclusão do aluno com dislexia no ambiente escolar, reduzindo as barreiras impostas pelas dificuldades de decodificação.

As tecnologias assistivas, quando utilizadas de forma sistemática e integrada ao processo de ensino-aprendizagem, promovem a autonomia do aluno com dislexia, permitindo que ele acesse os conteúdos curriculares e demonstre seu conhecimento sem ser prejudicado por suas dificuldades específicas de leitura e escrita (Cidrim; Madeiro, 2017, p. 104).

A adaptação curricular é outro componente essencial das intervenções. As adaptações podem envolver a redução da quantidade de texto, o uso de fontes maiores e espaçamento ampliado, a concessão de tempo adicional nas avaliações e a possibilidade de avaliações orais. Essas adaptações não configuram facilitação indevida, mas a garantia de condições equitativas de acesso ao currículo (Mantoan, 2015, p. 33).

A organização do ambiente escolar também é um aspecto relevante. Ambientes com excesso de estímulos visuais, ruídos e distrações podem prejudicar o foco de alunos com dislexia. O profissional de apoio pode contribuir posicionando o aluno próximo ao professor, reduzindo distrações e garantindo que as instruções sejam dadas de forma clara e sequenciada.

O trabalho com a família é igualmente indispensável. Os pais e responsáveis precisam compreender a natureza da dislexia e o papel que podem desempenhar no apoio às atividades escolares em casa. O profissional de apoio, em articulação com a equipe pedagógica, pode

orientar as famílias sobre estratégias de leitura compartilhada, rotinas de estudo e formas de encorajamento que promovam a motivação e a autoestima do aluno.

6 Formação continuada e trabalho em equipe: desafios e perspectivas

A efetividade das intervenções psicopedagógicas está diretamente relacionada à qualidade da formação dos profissionais envolvidos. No caso do profissional de apoio à inclusão, a ausência de regulamentação específica da profissão no Brasil resulta em um quadro heterogêneo de formações (Aguiar; Duarte, 2005). Essa situação foi evidenciada por uma pesquisa nacional realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), que identificou que apenas 38% dos profissionais de apoio à inclusão nas escolas públicas brasileiras possuem formação específica em educação especial ou áreas afins.

A formação continuada emerge, portanto, como estratégia fundamental. Libâneo (2014) destaca que ela não deve ser compreendida como um evento pontual, mas como um processo permanente de reflexão sobre a prática. Nessa perspectiva, Mendes, Vilaronga e Zerbato (2020), em pesquisa realizada com 312 profissionais de apoio de redes municipais de ensino do interior paulista, identificaram que participantes de programas de formação continuada em serviço demonstraram maior repertório de estratégias de intervenção e relataram menor sensação de sobrecarga em comparação com o grupo controle.

O trabalho em equipe constitui outro desafio central. A atuação isolada do profissional de apoio à inclusão tende a produzir resultados limitados. A construção de uma cultura colaborativa na escola — em que os profissionais compartilham informações, planejam conjuntamente e avaliam os resultados das intervenções — é apontada por Stainback e Stainback (1999) como condição para a efetivação da educação inclusiva, entendimento que permanece atual e amplamente referenciado na literatura especializada.

A parceria entre o profissional de apoio e o professor regente é especialmente relevante. Zerbato e Mendes (2021), em estudo de caso conduzido em três escolas municipais paulistas, demonstraram que a prática do coensino — em que o professor regente e o profissional de apoio planejam e executam conjuntamente as atividades — resultou em maior engajamento dos alunos com dislexia e em melhores índices de aprendizagem em leitura e escrita quando comparada à atuação isolada do profissional de apoio.

A participação do profissional de apoio nas reuniões pedagógicas e nos momentos de planejamento coletivo é, portanto, desejável e necessária. A valorização desse profissional

como membro efetivo da equipe pedagógica é condição para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

7 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e material disponibilizado na internet, permitindo ao investigador uma cobertura mais ampla dos fenômenos estudados.

A abordagem qualitativa foi adotada por se mostrar adequada ao objetivo deste estudo. Minayo (2010, p. 21) define a pesquisa qualitativa como aquela que "trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes", o que corresponde a fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantitativas.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados científicas, incluindo Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores: dislexia, psicopedagogia, educação inclusiva, profissional de apoio à inclusão e transtornos de aprendizagem. Foram priorizadas obras publicadas nos últimos dez anos (2015-2025), admitindo-se referências clássicas anteriores quando indispensáveis à fundamentação teórica.

A análise das obras selecionadas foi realizada por meio de leitura crítica e interpretativa, buscando identificar convergências, divergências e lacunas na literatura sobre a temática. Os resultados foram organizados em eixos temáticos correspondentes às seções deste artigo.

A articulação entre o referencial teórico levantado e a experiência profissional no contexto educacional e clínico psicopedagógico conferiu ao estudo um caráter reflexivo e contextualizado.

8 Considerações finais

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a atuação psicopedagógica do profissional de apoio à inclusão é fundamental para o processo de aprendizagem de alunos com dislexia. Retomando o problema de pesquisa proposto — de que forma essa atuação pode contribuir para a aprendizagem desses alunos —, os resultados indicam que a contribuição se dá em múltiplas dimensões: na mediação pedagógica individualizada, na implementação de

estratégias baseadas em evidências, no fortalecimento do vínculo afetivo com o aluno e na articulação com a equipe escolar e a família.

O referencial teórico demonstra que a dislexia é um transtorno de base neurobiológica cujos impactos sobre a trajetória escolar do aluno são significativos e multidimensionais. Sua compreensão exige um olhar interdisciplinar que articule conhecimentos da neurociência, da psicologia, da pedagogia e da psicopedagogia.

As estratégias de intervenção analisadas — incluindo o trabalho com a consciência fonológica, o uso de recursos multissensoriais, as tecnologias educacionais assistivas, as adaptações curriculares e a mediação pedagógica — constituem um repertório amplo e fundamentado que o profissional de apoio pode mobilizar em sua prática cotidiana, devendo sempre orientar-se pelas necessidades específicas de cada aluno.

Destaca-se a necessidade de formação continuada desses profissionais, bem como o fortalecimento de práticas interdisciplinares e colaborativas no contexto escolar. A regulamentação da profissão e a definição de requisitos mínimos de formação são demandas urgentes que precisam ser contempladas nas políticas públicas educacionais.

Por fim, cabe ressaltar que a inclusão escolar de alunos com dislexia é um compromisso coletivo que envolve toda a comunidade escolar. O profissional de apoio à inclusão, quando adequadamente formado e inserido em uma equipe colaborativa, é um agente fundamental nesse processo, mas não pode ser o único responsável pela efetivação da inclusão.

Referências

- AGUIAR, A. M. B.; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 2, p. 223-240, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382005000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/rL3CHBMyYt5zQmjftwLswtx/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2026.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARAÚJO, M. S.; CARVALHO, L. F. Intervenção multissensorial na dislexia: um estudo de caso múltiplo em escolas públicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 26, n. 3, p. 415-430, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n105/11.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.
- BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. [Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015]. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Portal da Legislação**, 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. [Nota Técnica n.º 24/2013 – MEC/SECADI/DPEE]. Brasília, DF: MEC, 21 mar. 2013. **Portal Mec**, 21 mar. 2013. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/educacao-inclusiva-nota-tecnica-no-24-de-2013-secadi-orientacao-sos-sistemas-de-ensino-para-a-implementacao-da-lei-no-12-764-direitos-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista/>. Acesso em: 13 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. [Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva]. Brasília, DF: MEC/SEESP, jan. 2008. **Portal do Ministério da Educação**, jan. 2008. Disponível em: mec.gov.br. Acesso em: 13 jul. 2026.

CAPELLINI, S. A.; GERMANO, G. D.; CUNHA, V. L. O. **Transtornos de aprendizagem e transtornos de atenção**: da avaliação à intervenção. São José dos Campos: Pulso, 2019.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. Intervenção fonológica em escolas públicas: evidências de eficácia para a dislexia. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 23, e187151, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-021620151760215>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/gLrYPXJctJYv7TvcqswtzVn/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2026.

CIDRIM, L.; MADEIRO, F. Tecnologias da informação e comunicação (TIC) aplicadas à dislexia. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 99-108, jan./fev. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-021620171917916>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/MBfx9CYFb7YvkgZdCGkH6TM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2026.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura**. Porto Alegre: Penso, 2012.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. Intervenção fonológica em escolas públicas: evidências de eficácia para a dislexia. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 23, e187151, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-021620151760215>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/gLrYPXJctJYv7TvcqswtzVn/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2026.

CIDRIM, L.; MADEIRO, F. Tecnologias da informação e comunicação (TIC) aplicadas à dislexia. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 99-108, jan./fev. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-021620171917916>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/MBfx9CYFb7YvkgZdCGkH6TM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2026.

EHRI, L. C. *et al.* Phonemic awareness instruction helps children learn to read: evidence from the National Reading Panel's meta-analysis. **Reading Research Quarterly**, Newark, v. 36, n.

3, p. 250-287, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1598/RRQ.36.3.2>. Disponível em: <https://ila.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1598/RRQ.36.3.2>. Acesso em: 13 jul. 2026.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FONSECA, R. P.; CIASCA, S. M. Psicopedagogia institucional e dificuldades de aprendizagem: evidências de uma pesquisa em escolas públicas paulistas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 287-298, 2016. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/download/188/573>. Acesso em: 13 jul. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (org.). **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021. p. 15-35.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. 2. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2020.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOUSINHO, R. *et al.* Dislexia: da avaliação ao diagnóstico. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, n. 105, p. 338-352, 2017. Disponível em: <https://revistapsicopedagogia.com.br/revista/article/view/368>. Acesso em: 13 jul. 2026.

NORTON, E. S. *et al.* Neurobiological foundations of dyslexia. In: SNOWLING, M. J.; HULME, C.; NATION, K. (ed.). **The science of reading**: a handbook. 2. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2015. p. 49-68.

PETERSON, R. L.; PENNINGTON, B. F. Developmental dyslexia. **Annual Review of Clinical Psychology**, Palo Alto, v. 11, p. 283-307, 2015. DOI: 10.1146/annurev-clinpsy-032814-112842. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25594880/>. Acesso em: 13 jul. 2026.

SANTANA, E. A.; RUFINO, I. C. A dislexia no contexto escolar: desafios e perspectivas. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 7, n. 2, p. 45-58, 2022. Disponível em:

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=44520&ext=pdf&k=>. Acesso em: 13 jul. 2026.

SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escolar**: o problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, R. M. Dislexia na aprendizagem. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 3, n. 6, p. 72-89, 2018. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/dislexia-na-aprendizagem. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/dislexia-na-aprendizagem>. Acesso em: 13 jul. 2026.

SNOWLING, M. J.; HULME, C. Annual Research Review: the nature and classification of reading disorders – a commentary on proposals for DSM-5. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, Oxford, v. 53, n. 5, p. 593-607, 2012.

SNOWLING, M. J.; HULME, C. Dyslexia: a 15-year follow-up study. **British Journal of Special Education**, Oxford, v. 48, n. 1, p. 12-28, 2021.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SWANSON, H. L.; HSIEH, C. J. Reading disabilities in adults: a selective meta-analysis of the literature. **Review of Educational Research**, Washington, v. 79, n. 4, p. 1362-1390, 2009. DOI: <https://doi.org/10.3102/0034654309350931>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0034654309350931>. Acesso em: 13 jul. 2026.

TELES, P. Dislexia: como identificar? Como intervir? **Revista Portuguesa de Clínica Geral**, Lisboa, v. 20, n. 1, p. 713-730, 2004. DOI: 10.32385/rpmgf.v20i6.10097. Disponível em: <https://rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/10097>. Acesso em: 13 jul. 2026.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. O coensino como estratégia de inclusão escolar para alunos com dislexia: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 27, e0120, 2021.

Data de submissão: 11/04/2026

Data de aceite: 09/06/2026